

## **Encontro ‘O Futuro do Planeta’, promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos**

**Lisboa, 14 de setembro de 2019**

### ***Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro***

Há uma coisa que eu não vou fazer nesta intervenção. Não vos vou dar um relatório das medidas, do investimento, das ações que o Governo Regional dos Açores tem feito ao longo de 40 anos de Autonomia em todas as matérias relativas ao mar, relativas à economia relacionada com o mar.

Eu prefiro neste momento, e aproveitando esta oportunidade, ter a ousadia de partilhar convosco sobre esta temática ‘O futuro do planeta’ aquela que pode ser uma visão açoriana ou uma visão a partir dos Açores.

E a primeira ideia é exatamente esta. Será que ainda estamos a tempo de discutir ou debater o futuro do planeta? Será que todas as evidências que nos vão chegando e que nos entram pela porta dentro todos os dias, através dos noticiários, nos permitem ainda ter calma e serenidade para estar numa fase de discussão sobre o futuro do planeta ou estamos a discutir já o presente? Estamos a discutir já aquilo que está a acontecer todos os dias e aquilo que envolve esta realidade e há, nesta abordagem, dois ou três aspetos que eu gostaria de salientar e de referir.

O primeiro deles tem a ver com um verdadeiro problema com que nos debatemos. Nós não temos uma dificuldade, não temos uma omissão em termos de discutir se vai haver ou não vai haver, se estão a acontecer ou não estão a acontecer, as alterações climáticas. Este é um dado adquirido. Mas então o que fazemos, o que devemos fazer perante esta situação de estarmos a viver os efeitos das alterações climáticas? Nós sabemos, a ciência dá-nos essa resposta. O que é que tem de ser feito para lidar com essa situação? O que é que tem de ser feito para minorar estes efeitos e, talvez, até inverter este rumo?

Na minha perspetiva, o nosso grande problema é de mobilização, de mobilização da sociedade, de mobilização daqueles que são os ‘change makers’ de facto e de direito para uma alteração de comportamento. Não há esta mobilização e, por isso, é que, por vezes, acontece e assistimos, sobretudo em algumas das grandes democracias mundiais, a discursos que negam esta evidência.

Portanto, aquilo que eu gostaria de salientar e de colocar neste momento é exatamente um problema de mobilização. Onde é que está a raiz deste problema de mobilização? Onde é que está, no fundo, aquilo que pode ligar os que se preocupam com o ‘fin du monde’ com os que se preocupam com o ‘fin du mois’? Qual a ligação que se pode, qual o elemento que falta para que, efetivamente, toda a sociedade se mobilize diretamente e exija àqueles que são os seus representantes as ações que são necessárias para lidar com esta situação?

Em 1992, um estratega político norte-americano, James Carvell, utilizou uma expressão na campanha do presidente Bill Clinton que ficou para a história. A expressão diz mais coisas, mas centremo-nos apenas aqui: “It's the economy”. Na minha perspetiva, reduz-

se a isso. Este elemento de ligação entre os que se preocupam com ‘fin du monde’ e os que se preocupam com o ‘fin du mois’ é exatamente a economia.

É sermos capazes de criar em todos, de demonstrar a todos, que há um valor económico na salvaguarda dos oceanos ou, numa perspetiva mais vasta, na salvaguarda do ambiente.

Não há, na minha opinião, uma oposição, não há, nem deve haver, uma visão maniqueísta de dizer que os que se preocupam com aquilo que é o fim do mês - conseguir que o seu salário chegue ao fim do mês - não se preocupam também com as questões que afetam os que se dedicam a pensar o fim do mundo.

Não pode haver essa visão maniqueísta. Não pode haver, de um lado, aqueles que acham que têm a responsabilidade de salvar a Humanidade e, do outro, aqueles que estão apenas preocupados em salvar a sua família e que o seu salário dê para chegar ao fim do mês.

Esses também reconhecem as ameaças, esses também sabem e também dão valor a elementos, a ações, a valores como o da proteção do ambiente, o da proteção dos oceanos.

Mas falta qualquer ligação e aquilo que falta é sermos capazes de demonstrar e de evidenciar que há um valor económico, que quem se preocupa com o ‘fin du mois’ tem também algo a ganhar com o facto de se preocupar com o ‘fin du monde’.

Que não é por causa desta atenção, destes cuidados, de tomar medidas e de alterar comportamentos que se liguem com estas preocupações que pode pôr em causa aquilo que é a sua necessidade de chegar ao final do mês.

É isso que estamos a fazer nos Açores com um projeto que une o Governo Regional, a Fundação Oceano Azul e a Waitt Foundation: o projeto Blue Azores, que, numa das suas componentes, prevê a criação e a afetação de cerca de 15% da área da Zona Económica Exclusiva dos Açores ou, para ser mais rigoroso, da subárea Açores da Zona Económica Exclusiva nacional, para se constituírem áreas marinhas protegidas.

É fácil fazê-lo num discurso, é fácil fazê-lo num decreto legislativo regional, é fácil fazê-lo num mapa, desenhando que aqui ficam as áreas marinhas protegidas. O mais difícil é a batalha do espírito, é a batalha da mente, é a batalha do coração, é a batalha de fazer ver a todos e, desde logo, àqueles que retiram o seu sustento dessa área, que têm mais a ganhar se a sua abordagem for uma abordagem conforme esses objetivos do que se ela não for conforme esses objetivos.

É por isso que, neste objetivo do programa Blue Azores, uma componente fundamental é o envolvimento das comunidades piscatórias. Porque - e já iremos mais adiante a esta parte - não é possível, com a vastidão de oceano que temos, descansarmos na componente sancionatória de qualquer tipo, de disciplina, de qualquer tipo de regulamento. A batalha das mentes tem de ser vencida ‘à priori’, porque dela depende a vitória nessa batalha, o sucesso de todo este projeto.

Ou seja, se os pescadores açorianos, e não só, assumirem que é do seu interesse, não do seu interesse altruísta, mas do seu interesse concreto, daquilo que no dia a dia significa o seu rendimento e o sustento das suas famílias. Se nós conseguirmos efetivamente demonstrar que esse é o caminho, essa batalha está ganha. Esta componente da economia,

esta componente de ganhar a batalha do espírito e das mentes é aquilo em que, na minha opinião, reside o elemento chave da mobilização da sociedade para estes objetivos e para a salvaguarda destes objetivos.

Gostaria agora de partilhar convosco três dados, três coisas que estão a acontecer nos Açores e três desafios que temos pela frente. O primeiro desses dados é a dimensão daquilo que nós, Açorianos, chamamos o 'Mar dos Açores', independentemente do preciosismo de saber se é exatamente assim ou não, mas digamos que é mais a linguagem afetiva que nos move, e os Açorianos sentem-no como seu. Estamos a falar, na nossa Zona Económica Exclusiva, de cerca de um milhão de quilómetros quadrados.

Os Açores, com 2,3% do território do país terrestre, uma pequeníssima região europeia, são uma das grandes potências marítimas da Europa. Cerca de 30% da área marítima europeia é essa que nós chamamos 'Mar dos Açores'. E este dado é importante para a forma como nós podemos perceber que aquilo que acontece lá significa muito, desde logo, para os Açorianos, como é óbvio, significa muito para o país, mas vai muito mais além.

O segundo dado que eu gostaria de partilhar convosco tem a ver com a importância que a Universidade dos Açores assume para a nossa relação com o mar, nomeadamente com aquilo que ficou conhecido como o Departamento de Oceanografia e Pescas. Esse é um elemento absolutamente fundamental para as tomadas de decisão que os órgãos de governo próprio da Região - o Governo Regional e Assembleia Legislativa - tomaram ao longo de 40 anos de Autonomia e que nos dão um património que nos honra e que nos orgulha, independentemente daquilo que não resultou da forma como nós gostaríamos que tivesse resultado, daquilo que falhou, daquilo em que erramos.

Esse património de 40 anos de Autonomia, que, nessa relação com o mar, se alicerça muito, eu diria decisivamente, no papel da Universidade dos Açores, no conhecimento científico, é um dado que eu gostaria de realçar neste momento.

O terceiro dado tem a ver com a importância de termos Autonomia, com a importância de ter sido possível ao longo destes 40 anos, desde 1976 até hoje, quer o Governo Regional, que a Assembleia Regional, terem poderes para tomar decisões.

Tomar decisões de delimitar determinadas artes de pesca, tomar decisões de conduzir, em diálogo e em cooperação com as instituições representativas dos pescadores e com as próprias comunidades piscatórias, determinado tipo de medidas que levaram, por exemplo, à criação de reservas voluntárias. No fundo, todo este trabalho só existiu, ou, pelo menos, existiu nesta ordem de grandeza porque nós temos Autonomia regional.

Três coisas que estão a acontecer nos Açores que nos motivam e que nos entusiasma: A primeira delas é claramente o projeto Blue Azores, naquilo que ele significa, por um lado, de concretizarmos uma aposta estratégica e de longo prazo nesta relação com o mar, mas naquilo que ele significa de aprofundarmos esta relação, de aprofundarmos essa relação a começar pelas escolas. Nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico já começou o programa da educação para a literacia azul, também em parceria e no âmbito deste projeto.

Mas, o projeto Blue Azores, naquilo que tem a ver com a constituição dos 15% da Zona Económica Exclusiva, é também uma aposta de longo prazo. Não é uma aposta, julgo eu, que estejamos de certa forma alheados do seu risco, pode haver coisas que falhem, pode haver mais ou menos inércia que tenhamos que vencer, mas este é o caminho que nós queremos seguir. Este é o caminho que nós temos que seguir do ponto de vista estratégico para o futuro da nossa Região.

A segunda coisa que está a acontecer é aquilo que se chama de constituição do Observatório do Atlântico, na ilha do Faial, algo que resulta de uma parceria entre o Governo Regional e o Governo da República, que, no fundo, cimenta, se quisermos ter a veledade de pensar assim, a importância que a ilha do Faial tem nestas matérias - é onde está sediado o Departamento de Oceanografia e Pescas, por exemplo - e que vem abrir novas possibilidades de enquadrar todo este esforço de conhecimento, de investigação, mas, sobretudo, de demonstrar à sociedade a mais-valia que nós temos e a importância de que se reveste a sua proteção e a sua defesa.

A terceira coisa que está a acontecer é um projeto que foi candidatado recentemente à União Europeia e que enquadra no período de 10 anos a forma como nós vamos agir face às alterações climáticas. Estamos a falar de um investimento de cerca de 65 milhões de euros ao longo desses 10 anos e que, no fundo, dá também nota, fruto de uma estratégia aprovada em 2011, de um plano aprovado já este ano, dá conta desta atenção, deste cuidado com as preocupações que vos referi anteriormente.

Gostava agora de partilhar convosco três desafios. O primeiro destes desafios é o desafio da sustentabilidade. Estas coisas não se fazem de super-homens, fazem-se com gente, gente que também erra, gente que também falha, gente de carne e osso, e este desafio de mantermos este objetivo da sustentabilidade como a bússola do nosso desenvolvimento, não apenas na nossa relação com o mar, mas num conjunto de outras áreas, é efetivamente um desafio que temos pela nossa frente e temos de estar despertos para ele.

O segundo desafio que nós temos tem a ver com algo que se tem arrastado ao longo do tempo e que continuamos empenhados. Como pode a Região Autónoma dos Açores ter uma intervenção mais próxima e mais direta naquilo que tem a ver com a gestão e com a exploração do espaço marítimo? Nós temos o entendimento e temos a veledade de pensar que a História, o tal património de 40 anos de Autonomia, nos permite ter esta veledade de que talvez esta gestão mais próxima, mais conhecedora, que se alicerça também nesta proximidade, tem vantagem para essa participação.

É por isso que entendemos que aquilo que existe atualmente na Lei de Bases de Gestão do Espaço Marítimo deve ser alterado, isso é absolutamente fundamental para reforçar a participação e a intervenção da Região Autónoma dos Açores, e não só, nesta matéria.

O terceiro desafio tem a ver com a extensão da plataforma continental, com toda esta área que, como nós esperamos, naturalmente, possa ser considerada e possa ser aprovada. Mas o que fazer com toda esta área? Isso não tem a ver apenas com a Região Autónoma dos Açores, isso tem a ver com o país.

É óbvio que será bom para o nosso orgulho patriótico dizer que toda aquela extensão tem alguma coisa a ver com Portugal, mas o que é que nos queremos fazer com essa área e, sobretudo, que condições temos para garantir que aquilo que nós queremos fazer desta

área, seja na componente positiva de querermos fazer alguma coisa, seja na componente negativa, de não querermos que se façam algumas coisas aí, como é que nós temos condições para efetivamente garantir que assim acontece?

Este é um desafio em que, por todos os motivos e mais alguns, desde logo pela importância que os Açores assumem neste processo e neste contexto, é também um desafio que na Região Autónoma dos Açores sentimos como nosso.

Muito obrigado pela vossa atenção.